

Regiões: espaços de práticas e relações de poder

José Adilçom Campigoto (UNICENTRO/PR, Brasil)

Rejane Klein (UNICENTRO/PR, Brasil)

A comparação entre os usos da categoria região que alguns historiadores norte americanos e brasileiros têm feito, no âmbito do “*turn from*” da história política para a história social e depois, para a história cultural, introduz a discussão temática do presente dossiê (Ver, WEINSTEIN: 2003). Partimos da constatação de que, até meados da década de 1970, a literatura referente ao regionalismo brasileiro esteve, intensamente, influenciada pela produção norte americana concernente à história regional. A perspectiva do positivismo empirista prevalecia neste tipo de investigação, privilegiando-se o campo das estruturas políticas. Consideravam-se as decisões e os eventos políticos como elementos determinantes da história. Negligenciavam-se, por causa desse enfoque, quaisquer delimitações entre identidades regionais e as políticas de elite praticadas no Brasil, demarcações que, podemos dizer, tornariam tais estudos mais amplos. A influência do atrativo empirista, no entanto, estava em vias de mutação, até mesmo por conta do impacto e das demandas teórico/metodológicas advindas da história social. As reflexões decorrentes da chamada nova história começavam a apresentar certos impactos relativamente à produção do conhecimento historiográfico em nosso país.

Considera-se que o neo marxismo provocou efeitos renovadores no que concerne aos debates e à produção regional, assim como no campo da história regional. Podemos dizer, em acordo com estudiosos do assunto, que a principal contribuição dessa perspectiva consistiu no deslocamento do eixo epistemológico: de uma interpretação determinista, seja geográfica, seja política, para um ponto de vista temporal, ou seja, histórico. Em certa medida, houve uma substituição da base explicativa, passando a ser econômica, em detrimento das anteriores.

O desvio, no entanto, teve consideráveis implicações. Talvez por influência do materialismo histórico, ou por conta da chamada ‘*história vista de baixo*’, o termo região passou a ser concebido como indicativo de realidades inerentemente mutáveis e como produtos da história. No mesmo rastilho, outro desdobramento particularmente importante implicou a adoção, mais ou menos geral, do pressuposto de que uma região não poderia ser adequadamente compreendida se isolada do movimento histórico mais amplo, seja ele nacional

ou global. Nessa perspectiva, o estudo regional passou a ser concebido não somente como recorte que possibilita a compreensão das particularidades e das especificidades locais, mas como recurso legítimo e mesmo necessário, para a identificação de tendências históricas nacionais e globais. (Ver, WEINSTEIN, 2003, p.24).

Uma obra de referência significativa a respeito do tema é *República em migalhas: história regional e local*, organizada por Marcos da Silva. Trata-se de uma compilação de textos produzidos por cientistas brasileiros que, desde diferentes perspectivas teórico/metodológicas, relacionam e articulam o binômio história e região. Os capítulos da coletânea têm origens distintas, sendo que boa parte deles foi preparada em vista do *XIII Simpósio Nacional da Associação Nacional dos Professores de História*, ocorrido na cidade de Curitiba-PR, no ano de 1985. O evento evidencia a preocupação dos historiadores a respeito do tema, naquele período.

Dentre os textos destacamos, '*Historiografia, uma questão regional? São Paulo no período republicano, um exemplo*',¹ em que a autora discute algumas peculiaridades da produção historiográfica brasileira. Então, afirma-se que, desde a década de 1850, até a de 1930, o Estado de São Paulo aparece, na produção investigada, como o sujeito principal do discurso histórico.

Em que pesem as divergências, o ponto que veio a mostrar-se como de maior relevância nas décadas posteriores, consiste em que região passou a ser usada como uma categoria espacial que expressa especificidades e singularidades, no interior de determinada totalidade; configura-se como espaço particular, parcialidade, dentro de certa organização social, conformação mais ampla, com a qual se articula. (Ver SILVA, 1990).

Notemos, todavia, que as discussões, as pesquisas e a aplicação do conceito fizeram evidenciar algumas fissuras que lhes são inerentes. Uma delas, talvez a mais relevante, tende a extrapolar ao âmbito dos procedimentos analíticos, pois a tese de que uma região é uma parte de uma totalidade, seja qual for, implica a entrada no campo das metodologias interpretativas. A transposição de tal fronteira metodológica é vinculada à dinâmica do campo historiográfico no Brasil.

As décadas de 1980 e 1990 são consideradas como um período em que vários historiadores brasileiros redimensionavam a chamada 'onda' de fragmentação decorrente da "... *nuvelle hitaoire franceses*". (Ver NEVES, 2010, p 97). Em relação ao estado do Paraná, no ano 1996, foi criada a primeira revista acadêmica especificamente dedicada ao tema e com o título *História Regional*.² No primeiro número, um artigo versando sobre regionalismo e ensino de história. Na época, o autor apresentava região como construção histórica inventada pela classe burguesa, camada social que firmou-se no ocidente, no decorrer do XIX. A discussão do tema região em sala de aula seria, portanto, uma armadilha, um embuste teórico/ideológico arditamente arquitetado pela burguesia. Essa classe pretenderia, com isso, desvirtuar os processos

¹ Este texto foi apresentado no Seminário '*Como Escrever a História de São Paulo*', promovido pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, em maio de 1985.

² Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR.

esclarecedores próprios das atividades pedagógicas desenvolvidas nas aulas de história no estado do Paraná. (Ver CERRI, 1996, p 137).

A desconfiança disseminada, no entanto, guardava um germe de contradição porque, na primeira década do século XXI, emergiram as discussões fundamentadas na proposta teórico/metodológica derivada dos textos de Pierre Bourdieu. A região passou, então, a ser discutida como “... *local de desenvolvimento de uma formação social em um tempo e espaço definidos por um contexto mais abrangente*” e também, como noção “... *constituída e delimitada intelectualmente pelo pesquisador... Elas se definem a partir de uma construção mental do pesquisador. A região, portanto, não se constitui um objeto em si mesmo, ela é uma construção intelectual*”. (BIAVASCHI, 2003, p. 138).

Daí em diante, o uso do conceito pareceu mais consolidar-se como um recorte espaço/temporal, mas sob a forma de operacionalidade teórico-metodológica. Tornava-se uma noção a ser usada para classificar ou identificar e também, como ferramenta conectada ao movimento hermenêutico, na medida em que pautava a relação parte/todo e vice versa. (Ver BARROS, 2005, pp 97-98).

Nota-se, nesse período, inclusive certa inflexão para a aplicação tradicional do conceito. Tenha-se por medida o sumário do volume 17, nº 1 de 2012 de *História regional*, que consideramos como uma boa amostra deste ‘retorno’ ao clássico. Todos os doze artigos listados na mencionada revista versam, de alguma forma, sobre região no sentido mais tradicional (Amazônia, nordeste) ou sobre um ou vários estados da Federação (Minas Gerais, Pernambuco, Pará, Paraná) ou sobre algum espaço geo-político mais localizado (Ponta Grossa, Paranavaí, rio Iguazu, vale do São Francisco) ou, ainda, sobre regiões, no sentido mais genérico do termo.

Consideramos a progressão das reflexões expostas na revista como evidência significativa do debate e das pesquisas realizadas, então; mas não poderemos desconsiderar certo aspecto importante: as temáticas mesclam, numa primeira instância, região, localidade e escala, isto é, articulam-se questões de empiria, metodologia e teoria. Poderíamos sustentar a tese de que o debate teórico estaria possibilitando uma discussão mais uniforme. Não por acaso, surgiram e consolidaram-se os programas de pós-graduação em desenvolvimento regional e dois programas de mestrado em História Regional: um localizado no Rio Grande do Sul e outro, situado na Bahia. Mais tarde, foi aprovado o programa da UNICENTRO, com área de concentração em *História e regiões*. Região pode ser tomada como ambiente homogêneo ou como superposição de espaços diversos, área humana, com feição demográfica própria, que produz certo tipo de relações sociais, que organiza, a partir de si, determinado sistema econômico e que elabora determinadas identidades culturais. Estes elementos apontam para as conexões entre os processos imigratórios, as construções de identidades, as constituições de classes, os regimes ambientais e assim por diante. História, cultura e identidades imbricam-se em regiões pré-determinadas ou definidas nas escolhas e nos procedimentos adotados para a produção do saber histórico.

O primeiro artigo, escrito por Cleusi Terezinha Stadler Bobato e Ancelmo Schorner versa sobre uma experiência do uso de conceito de região em sala

de aula, contrariando certas posições de estudiosos dessa temática em meados da década de 1990.

O segundo artigo trata da presença dos imigrantes ingleses no Brasil, com ênfase na região sul. A pesquisadora Ana Maria Rufino Gillies faz uma síntese do material produzido nos últimos 15 anos no Brasil versando sobre o tema. Utiliza-se dos conceitos de representação, identidade, memória e imaginário.

O terceiro artigo, de autoria da pesquisadora Evangelina González Pratz consiste numa análise da teia de relações sociais que se estabelecem a partir das práticas participativas no interior do bairro e entre os habitantes de Cuyaya, localizado na cidade de San Salvador de Jujuy–AR. Trate-se de uma investigação de caráter regional com base nos conceitos de representação social e identidades culturais.

O último artigo é de autoria de Lucas Kosinski e Hélio Sochodolak. Trata-se de um estudo a respeito de uma vila operária localizada na região de Fernandes Pinheiro. A Vila Operária da Fazenda Florestal é resultante de um processo de industrialização que prezava a exploração da madeira, durante os anos de 1920 até 1948.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, José D'assunção. História, região e espacialidade. In: **Revista de História Regional**, V.1, Nº 10, p.p 95-129, 2005.

_____. O lugar da história local na expansão dos campos históricos. In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos e REIS, Isabel Cristina dos. **História regional e local: discussões e práticas**. Salvador: quarteto, 2010.

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. A árvore e a floresta: uma contribuição metodológica de Pierre Bourdieu acerca da História Regional. In: **Revista de História Regional**, V.2, Nº 8, p. p 125-145, 2003.

CERRI, Luis Fernando. Regionalismo e ensino de história. In: **Revista de História Regional**, V.1, Nº 1, p. p 135-143, 1996.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Perspectivas historiográficas baianas: esboço preliminar de elaborações recentes e tendências hodiernas de escrita da história da Bahia. In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos e REIS, Isabel Cristina dos. **História regional e local: discussões e práticas**. Salvador: quarteto, 2010.

SILVA, Marcos (Org.) **República em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

WEINSTEIN, Barbara. Regional vs. national history: rethinking categories from a comparative perspective. In: **Territórios e Fronteiras**, V. 4, Nº 1, jan./jun 2003.